

FONTE : JB

CLASS. : Yanô 1836

DATA : 11 03 90

PG. : 17

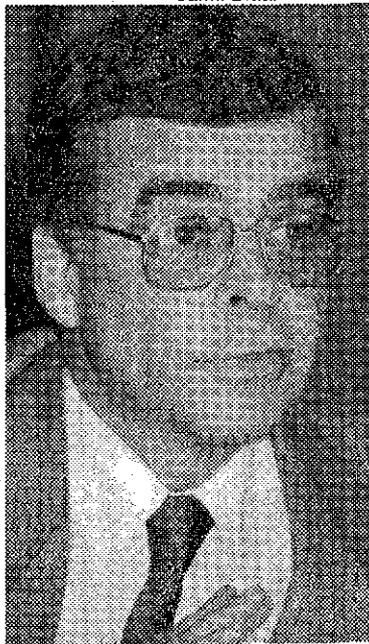
Junqueira vê genocídio na morte de ianomâmis

BRASÍLIA — O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pediu ontem ao diretor da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, abertura de inquérito para apurar a morte de dois índios ianomâmis, na quinta-feira, dia 6, com base na Lei do Genocídio, de 1º de outubro de 1956. Segundo Junqueira, os "homicídios de ianomâmis recentemente ocorridos autorizam a presunção de que se está praticando o genocídio no Brasil e, em razão disso, o Ministério Público tudo fará para que seus autores sejam identificados e punidos de acordo com as leis penais em vigor".

Os dois índios, da maloca Alomai, na região do Rio Auaris, foram assassinados a tiros por garimpeiros, segundo nota distribuída pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), citando informações prestadas por dois funcionários da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Boa Vista, capital de Roraima. A Procuradoria-Geral da República foi informada de que ocorreram dois ataques de garimpeiros a índios ianomâmis. No primeiro, à aldeia Olomai, morreram o cacique tuxaua Lourenço, de 70 anos, e seu filho Conaaca, de 25. Um terceiro índio, da tribo vaxi-samiúma, de 48 anos, conseguiu sobreviver apesar de ter levado 12 tiros, na cabeça, barriga e peito.

Nesse conflito morreram três garimpeiros. Um segundo ataque, no mesmo dia, ocorreu na maloca Romuchi. Não houve mortes, mas um garoto com cerca de 12 anos foi baleado na cabeça e saiu ontem do estado de coma, no Hospital Coronel Mota, em Boa Vista, embora ainda corra risco de vida.

Jamil Bittar — 19/3/90



Junqueira: inquérito

Na nota, o Cimi acusa: "Quanto mais o governo federal finge que retira os garimpeiros invasores das terras ianomâmis, mais índios são massacrados, num processo que aponta para o extermínio desse povo." De acordo com o Cimi, os garimpeiros atacaram a maloca alegando que os índios teriam furtado alimentos de seu acampamento. "Não há outra solução para a tragédia dos ianomâmis a não ser a retirada completa dos garimpeiros e a demarcação imediata de todo o território indígena", afirma o Cimi.